

Algumhas persoas tendem a incidir no t3pico de que a ortografia 3 uma representa33o convencional dos sons, e, portanto, 3 indiferente que adoptemos uma ou outra, com tal de que exista uma tradi33o escolar que nos permita interpret3-la, que nos permita descodificar a mensage escrita. Se existe essa tradi33o, seria antiecon3mico inovar na mat3ria, pois a forma estabelecida, polo mesmo feito de funcionar, demonstra a sua efic3cia, e apresenta-se como extravagante e in3til introduzir novidades, que exigem uma reeduca3o dos usu3rios. E isto ainda que o sistema vigente seja insatisfat3rio do ponto de vista cient3fico, ou contenha incongru3ncias, ou represente um fonetismo arcaico. Se est3 em vigor, 3 que se verifica como 3til na pr3tica, e nengum dos defeitos que se registem na sua estrutura, assobardam os l3mites do te3rico, e est3m mais que compensados pola sua efic3cia emp3rica. Calquer prop3sito de c3mbio, como nom sejam aqueles que se vaim impondo no uso real de jeito espont3neo para simplificar a grafia cando se simplifica de feito a pron3ncia, deve ser rejeitado como contr3rio 3 lei do menor esfor3o que h3 reger a conduta t3cnica da sociedade, dentro da qual cai a t3cnica da escrita. Uma ortografia tam irregular como a inglesa, que responde a uma etapa de foneticismo da l3ngua superado hai muitos s3culos, mant3m-se frente aos esfor3os de racionaliza3o e regulariza3o que se intent3rom, porque o custo da revolu3o que suporia introduzir um novo sistema mais acorde com a situa3o actual da l3ngua, se estima muito maior que o que sup3nhem as dificuldades de aprendizado que tenhem que vencer os escolares actualmente. Reeducar os j3 formados nessa antiquada ortografia, refazer consoante as novas normas todo o conjunto da tradi3o liter3ria, entranha uma transforma3o tam extensa e profunda que s3 se poderia realizar com um gasto exorbitante de meios econ3micos e energias humanas, e trope3aria com resist3ncias que num sistema democr3tico seriam imposs3veis de vencer. Assi, a funda3o estabelecida por Bernard Shaw para conseguir a racionaliza3o da ortografia inglesa, tem-se manifestado inoperante.

Entom, qual 3 a postura que perante o problema da ortografia galega adoptam os que formulam essas considera33es? Uma postura fundada, aparentemente, em puras raz3es econ3micas. Hai que aforrar gastos, e seguir como at3 agora. Mas como 3 esse agora? Porque 3 evidente que o feito de debatermos estes problemas 3 em si mesmo uma demonstra3o de que o agora nom 3 monocolor ou monol3tico.

Os imobilistas, de um jeito ou outro, com matizes mais ou menos acusados, o que pretendem —muitas vezes sem ter plena consci3ncia disso— 3 que utilizemos a ortografia castelhana. Durante muitos s3culos, o galego foi uma l3ngua puramente oral, na qual nom s3 nom se escreviam, como dizia Castelao, os recibos da contribui3o, senom nengumha classe de documentos nem textos liter3rios. Entom, cando por alguma raz3o excepcional primeiro —como reproduzir palavras ou express3es de gentes campesinas para burlar-se da rusticidade da sua fala—, ou com uma finalidade pintoresquista depois, e logo cient3fica ou art3stica —j3 em pleno Ressurgimento—, houve que fixar no papel algum texto galego, esta l3ngua 3grafa, esta l3ngua aliter3ria foi transcrita, como 3 natural, empregando o sistema que se empregava na l3ngua escrita, na l3ngua liter3ria do pa3s, que em Galiza era a l3ngua castelhana.

Isto era natural, nom no sentido de que fosse natural que o galego vestisse a libr3 ortogr3fica do castelhano, mas no sentido de que nom era poss3vel que sucedesse outra cousa. O galego era tido como um dialecto oral, e nom havia outra ortografia que a da l3ngua oficial. Nom existia uma ortografia galega porque nom existia uma escrita galega. O galego fora uma l3ngua liter3ria noutrora, e mesmo fora a l3ngua liter3ria para toda a Espanha crist3 centro-ocidental durante mais de um e mais de dous s3culos para um determinado g3nero po3tico. Mas tal situa3o estava esquecida, e o galego que agora havia que escrever nom era o galego dos trovadores, mas o galego dos lavradores,

um galego decaído, que perdera todo o seu léxico nobre, ou seja, o que nom se referia ao trabalho agrícola e marinho e ao trabalho artesão mais rotineiro e fossilizado. Porque a língua de todos os poderes —o político, o eclesiástico, o económico— era o castelhano, e com o tempo, cando a revolução técnica introduziu inovações no próprio trabalho agrícola, estas inovações chegaram co seu nome castelhano, porque foram introduzidas desde Castela. Assi, o galego nom só era um dialecto rústico, senom um dialecto em vias de extinção, porque o seu destino era correr a sorte que já correram as suas manifestações nom campesinas, o léxico correspondente às ideias que diziam respeito à vida espiritual, à vida administrativa, à vida cidadã. Com esta realidade, o galego nom podia gerar umha ortografia autêntica. Avondava, para amortalhá-lo, o sudário da ortografia oficial.

Mas como o galego nom morreu, nom acabou de morrer, o problema da ortografia do galego adquiriu novos contextos. Com o Ressurgimento, ou Rexurdimento, abriu-se passo a ideia de que o galego nom era um dialecto do castelhano. O galego era um idioma que noutros tempos se manifestava numha literatura importante, que se escrevia de cotio, e que possuía umha grafia ajeitada à sua fonologia. Umha grafia que nom diferia grandemente da usada polos mais romances hispânicos, especialmente o castelhano. Mas o castelhano reformara a sua ortografia no século XVIII, renunciando em parte à tradição e introduzindo critérios etimológicos que se sobrepuxérom aos fundados na história do foneticismo. Entretanto, o galego das províncias espanholas deixara de escrever-se; mas o galego das províncias transminhotas, quer dizer, o galego português, mantivera a sua ortografia tradicional, que evoluiu sob a influência dos novos tempos. E cando o galego espanhol renaceu como língua literária, continuou dependendo na sua grafia do idioma oficial, seguindo a este na sua evolução ortográfica; e mesmo a umha altura em que as gentes instruídas sabiam que o galego nom era umha variante dialectal do castelhano, o feito de que este fosse a única língua oficial, a única língua que se ensinava na escola, manteve aquele numha situação de dependência a respeito do espanhol que o forçou a empregar a única ortografia disponível, porque entom nom era possível o aprendizado de umha ortografia distinta.

Assi, houve umha ortografia para o galego espanhol —a espanhola— e umha ortografia para o galego português —a portuguesa—. Aquela supunha umha ruptura com a ortografia histórica; esta, umha continuidade. Deste jeito, o galego espanhol cindiu-se graficamente do galego português, o que sublinha a desorbitação do primeiro para um centro de gravitação que nom era o originário.

A adopção da revolucionária ortografia castelhana exigiu alguns ajustes motivados polas diferenças fonológicas que caracterizam o galego frente ao castelhano. Mas tais ajustes fôrom mínimos. Nom se tivo em conta que o galego possuía sete vogais, e nom cinco, e a distinção de timbre entre os dous fonemas médios da série palatal e a paralela entre os dous da série velar nom achou reflexo gráfico. Polo que se refere ao sistema consonântico, o castelhano nom dispunha de grafema algum para representar o fonema galego /š/ de muito rendimento na língua e no discurso, porque tal fonema desaparecera do castelhano moderno, e empregou-se para representá-lo a letra o que tanto no galego histórico como no castelhano histórico representara aquele fonema, e continuava a representá-lo no português. Como em castelhano esse mesmo grafema simbolizava a pronúncia k + s própria do x latino, mantida em cultismos, alguns autores galegos procurárom marcar a palatalidade com algum signo adicional. Assi, em diálogos compostelanos de 1836, a vogal que segue ao x leva um acento circunflexo: xâ; e outros escritores recorrêrom ao trema sobre o x para essa função: a. Mas prevaleceu, como no caso das vogais de grau médio, o critério de abandonar à viva voz a distinção, que alguns quixérom facilitar eliminando o uso do x para o som culto ks, que uns poucos

representavam *cs* e outros reduziam a *s* ou *is* ou *us*, vocalizando com maior ou menor apoio na escrita antiga ou na pronúncia vulgar o *k* implosivo: *ósido*, *óisido*, *óusido*, para *óxido*, por exemplo. Também houve que resolver o problema do fonema ou alófono /ŋ/, nasal velar intervocálico, de mui pouca frequência no léxico, mas de grande rendimento no discurso, porque aparece em *umha*, *algumha*, *nengumha*, vocábulos mui usados. Marcou-se a *linde* silábica, ou a *velaridade* da nasal, com um traço, ou com um *h*, ou com *umha* combinação de ambos os jeitos: *un-a*, *unha*, *un-ha*, e o *nh* foi o que prevaleceu.

À parte disto, a ortografia castelhana foi cegamente seguida, porque devem considerar-se vulgarismos, e nom diferencialismos, os apóstrofos ou traços que queriam registrar *elisons* e *contrações* que o mesmo se *dam* no castelhano oral, mas que a escrita de hoje nom reflecte.

A normativa ortográfica que podemos designar com o nome de *Filgueira*, pois foi o «*Conselleiro*» da Junta de Galiza deste apelido o que a decretou, assume esta linha ortográfica essencialmente, consumando a dependência do castelhano e aspirando a *perpetuá-la*.

Mas tal *submissom* equivale a *umha* *alheação* da autonomia do galego e a um isolamento com relação às demais normas do iberorromânico ocidental, que resta ao galego possibilidades de comunicação e *osmose* que necessita para resistir a *pressom* do castelhano.

Cando nom existia oficialmente Galiza, cando nom existia oficialmente o galego, cando nom existia oficialmente o ensino do galego, com *umha* consciência da substantividade da língua deteriorada por longos séculos de alienação, o uso da escrita castelhana, na que todos éramos alfabetizados, podia ser o único expediente realista para fomentar a escritura do galego. Onde ensinar outra ortografia? Com que mestres se contava para isso? Aumentar as dificuldades do uso do galego naquelas circunstâncias tam adversas, nom seria mui *contraproducente*? Mas desde que o galego é idioma (co)oficial e hai ensino oficial do galego, imos perpetuar indefinidamente a ruptura com a ortografia histórica, que, adaptada às circunstâncias do presente, se emprega no mundo lingüístico que tem o galego como *torgo*?

A *reintegração* da nossa ortografia na nossa área natural nom é *umha* arela moderna, agromada nos cerebros desequilibrados de um fato de *tolos* e de *umha* *caterva* de ignorantes dominados polo *erotismo* da utopia. Ainda nas adversas condições a que antes me referia, houve intentos mui qualificados, teóricos ou práticos, de reivindicação da ortografia histórica ou —o que conflui com o anterior— de coordenar a nossa ortografia com a das demais formas do sistema. Dom António de Ia Iglésia, dom Andrés Martínez Salazar, dom João Vicente Viqueira, dom Vicente Risco, dom Armando Cotarelo, dom Álvaro de Ias Casas, dom Evaristo Correa, dom Afonso Rodríguez Castelao, dom Fermim Bouça, dom Ernesto Guerra e outros distinguidos professores, escritores ou políticos propugnárom de *algumha* maneira, ou de *algumha* maneira ensaiárom, *umha* recuperação ortográfica que restituísse, sem *mingua* das peculiaridades do galego, a *cooperação* entre as diversas formas do galego-português, corrigindo a *desviação* que ao *desorbitar* a deriva do idioma, o constitui em satélite de um centro de gravitação distinto do seu âmbito natural. Os esforços actuais por rectificar esse erro *contra-histórico* som *sobejamente* conhecidos para que eu faga agora referência concreta aos passos dados.

Os *reintegracionistas* propugnam, pois, a *assunção* gradual da nossa ortografia histórica, entendendo-se como tal, com certeza, nom só a que se usava cando o castelhano deslocou o galego como língua escrita nas províncias espanholas, senom também a que continuou desenvolvendo-se além Minho, onde o *romanço atlântico*

mantivo as suas posições como língua normal e realizou umha expansão ultrapeninsular paralela à do espanhol central.

Vejamos as principais objecções que se podem apresentar e as dificuldades que cabe assinalar perante a adopção desse tipo de ortografia histórica.

Uso de g e j. Como no resto da área, o galego utilizaria g ante e e i e j ante qualquer vogal cando se trate de reproduzir o fonema fricativo palatal xordo que resulta do enxordimento do sonoro correspondente, conservado em português. Como hoje nom existe esse fonema sonoro, os ingénuos foneticistas pretendem que um só som deve representar-se com um só grafema x. Mas o castelhano pronuncia do mesmo modo o g de gema que o j de jeme, e no entanto mantém as duas grafias por motivos históricos. Além disto, também no resto da área galego-portuguesa se dá essa identidade de pronúncia, e a distinção gráfica se mantém.

Uso de -m final de dicção. A harmonização internormativa aconselha-a. A grafia galega histórica conhece-a. Em Prosa 3 pode consultar-se a tradução da *Legenda Aurea* (pp. 165-170), a da *General Estória* (pp. 177-188), a da *Crônica General e Crônica de Castela* (pp. 189-193); a do *Foro Real* (pp. 214-215), a das *Flores de Direito* (pp. 216-219). Em todos estes textos, tardomedievais, portanto galegos indubitados, nom portugueses, achamos o —m final.

Ç cedilhado perante vogal nom palatal, primitivamente signo do fonema /ʃ/ dental africado xordo. É geral nos textos galegos, como nos castelhanos anteriores à reforma. O mesmo o -ss- duplo para o sibilante dentoalveolar intervocálico. Que hoje nom exista em galego distinção fonológica entre /s/ e /z/, é argumento análogo ao considerado com relação ao uso de g e, g i, j.

Representação dos fonemas palatais. Do mesmo jeito que se admite ch, mesmo em castelhano, justifica-se lh e nh. Di-se que estas grafias provençais se generalizárom em Portugal cando este reino estava já separado do de Galiza. Todos os textos galegos que possuímos som posteriores a essa separação. Se se quer indicar que nom aparecem em textos redactados no que hoje som as províncias espanholas galegas, remitimos à citada *Legenda Aurea*, ao fragmento das *Partidas* publicado polo Doutor Pensado (*Prosa 3*, pp. 212-213), à *Regla da Confradia de Santa Tegra* (pp. 249-256), para nom mencionar textos que nom figurem naquela Antologia. Mais ainda que essas grafias de orixe provençal se contivessem só em textos especificamente portugueses, como o que hoje chamamos português é um ramo da árvore genealógica comum, consideramos que estamos dentro da tradição galego-portuguesa. Este é o caso do traço de uniom do verbo com o pronome enclítico.

Canto à distribuição de b e v e c e z —como a de g, j e x—, por razom de coerência procederá ater-se à escrita histórica, ainda que fenómenos de neutralização da fricção e da sonoridade tenham conduzido a situações de desfonologização que ficam considerados ao ocuparmo-nos do uso das sibilantes palatais.

Enfim, o regime de acentuação gráfica é lógico que se coordene com o da área iberorromânica ocidental, a que pertence o galego, protótipo do sistema, mais bem que com a da área central, cujo arquétipo é o castelhano.

Trata-se, pois, de corrigir o isolamento ou a desnaturaçom da escrita galega, procurando umha coordenação dentro do sistema próprio, como se propugna também noutros campos lingüísticos. Nom hai por que renunciar às peculiaridades, mas sem renunciar tampouco aos bens patrimoniais.

Como corresponde à minha formação individual e à minha vocação, as ideias expostas constituem umha enunciação de princípios. A táctica conveniente para levá-los à prática devem formulá-la aqueles que se achem em plena actividade profissional, o que nom é o meu caso, porque só eles, no trabalho de cada dia, podem apreciar com a

devida precisom, a medida das resistências que haveria que vencer, e o gasto de energia que em cada momento resulta económico realizar.

Em primeiro termo, é opinável em que proporçom vale a pena combinar o patrimonial com o peculiar; em que dose particularidades dialectais devem ou podem preservar-se ou renunciar-se dentro do indumento gráfico comum.

Em segundo lugar, hai que articular um método de trabalho para acometer o processo da reintegraçom. Este pode ser mais ou menos rápido, mais ou menos lento. Hai que programar as etapas do progresso, e estabelecer ritmos que se avaliarám segundo os resultados, efectuando os ajustes que a experiência aconselhe.

Estes ritmos poderám variar nom só polo que di respeito ao tempo, senom tamém polo que se refere ao espaço. Segundo os campos em que se actue, as modificaçoms que se introduzam na ortografia para achegá-la ao ideal projectado podem ser maiores ou menores. O ensino, a obra literária, o artigo, jornalístico, a oratória académica, a propaganda política podem requerer, segundo o público a que a mensage se dirija, máximos, meios ou mínimos de projecçom do ideal apontado. Se a meta está claramente estabelecida, calquer avanço cara a ela, calquer que seja o veículo que nos aproxime, deve considerar-se positivo. Hoje hai material didáctico, pessoal disposto e instituiçoms ajeitadas para coordenar os esforços. Se os fins som comuns, a cooperaçom deve realizar-se com generosidade e lealdade, respeitando no que haja que respeitar os caminhos preferidos e os calendários traçados por cada quem. No fundo, trata-se de umha tarefa pedagógica. Por isso é fundamental a intervençom dos pedagogos no processo.

O que nom creio que caiba é um adiamento do labor em aras de umha normalizaçom social do idioma que, como problema mais urgente, deve ter prioridade sobre a normativizaçom. Referindo-me só ao aspecto ortográfico, que é o que hoje nos ocupa, cumpre advertir que umha suspensom dos esforços que se venhem realizando em prol da grafia histórica, suporia um afiançamento da grafia castelhana, porque esta nom estaria disposta a suspender reciprocamente a sua pressom oficial. De jeito que a cessaçom de actividade por parte dos que propugnam a ortografia occidentalista mentres se trabalha na normalizaçom sociológica do idioma, consolidaria as posiçoms da ortografia centralista, favorecida pola pressom e repressom do aparato oficial. Nom sabemos se a normalizaçom se logrará ou nom, ainda que, naturalmente, os que luitam por implantá-la tenhem que actuar movidos polo convencimento de que é possível. Mas, dadas as dificuldades históricas que teríamos de superar, somente os mui ingénuos podem esperar que o processo seja breve. Logros progressivos poderám apreçar-se, se os esforços se encaminham ajeitadamente e a política nom influi negativamente no curso dos acontecimentos, mas umha soluçom feliz do problema, sempre hipotética, nom poderia produzir-se senom a mui longo prazo. Entretanto, operariam inevitavelmente as forças isolacionistas, porque nom cabe que se suspendesse toda a actividade oficial. Polo contrário, esta, naturalmente, teria de incrementar-se, e extenderia mais e mais a sua influência sobre a actividade privada, onde nom acharia competidor. Assi, o galego hipoteticamente normalizado seria o galego da normativa Filgueira, que teria avançado sem obstáculos mentres a normativa historicista paralisava a sua campanha. Ainda que, sendo tam contrária ao sentimento da galeguidade a resignada aceitaçom de umha ortografia de hegemonia castelhana, podemos conjecturar razoavelmente que mesmo no caso suposto caberia esperar um futuro em que se reagisse contra aquela alienaçom, —é palmário que nessa nova etapa da luta haveria que começar praticamente de novo, porque as posiçoms que hoje se ocupam teriam sido desmanteladas, e a paralisaçom das operaçoms, além de arruinar as fortificaçoms e abolorecer e oxidar o armamento —falo, naturalmente, das armas dialécticas—, teria

afectado o ánimo dos que agora veriam mais solidamente estabelecidas, por causa da sua ingénua passividade, as ideias sobre a plasmação gráfica do idioma que contradim a tradição histórica e a unidade sistemática da área lingüística hispano-ocidental. De jeito que suspender a luta pola normatização seria praticamente renunciar ao ideal sustentado.

É já hora de formular as conclusons que nos parecem pertinentes.

Primeira. O galego é galego-português, nom galego-castelhano. Pertence à área iberorrománica ocidental, nom à área iberorrómanica central. Logo, é lógico que a sua ortografia, consoante a geografia e a história, responda às características do sistema ocidental, e nom às do sistema central.

Segunda. Tendo o galego personalidade própria dentro deste sistema, nom se lhe pode negar o direito a reflectir na escrita os traços peculiares que nom o som da norma comum ou mais prestigiosa da área.

Terceira. A rectificação da castelhanização da nossa ortografia terá de realizar-se gradualmente e acomodando-se às circunstâncias espaciais em que se apresente o problema. Nom se pretende impor por decreto ou lei a ortografia restaurada, senom que procederá realizar a reforma mediante um plano pedagógico que vaia reduzindo progressivamente as incongruências da prática castelhanizante. O ritmo de adaptação na reintegração ortográfica variará segundo o campo em que se actue, segundo a cultura do discente ou do público a quem se dirige a mensage. De jeito que tem que haver um período de transição no qual em determinados sectores se vaia mais adiantado que noutros, para assegurar a consolidação do processo; com tal que todos os esforços se dirijam à mesma meta. Cabe que umha editorial consagrada a fomentar a reintegração do galego na sua área natural, publique textos literários com grafia plenamente restaurada; que umha actividade jornalística sostida na imprensa, empregue umha ortografia de compromisso que vaia familiarizando o leitor com os usos históricos sem dificultar umha leitura cursiva; e que no ensino de alunos já alfabetizados com a ortografia castelhana, se introduzam lentamente durante um período transitório as práticas essenciais de recuperação. Os máximos, os médios e os mínimos usos reintegracionistas deveriam, pois, conviver, para maior eficácia da obra, segundo as situações contempladas, durante o tempo que fosse preciso.

Enfim, e esta seria a quarta e última conclusom, penso que em nengum caso a ortografia reintegrada —mesmo se a doutrina que a sustenta adquirisse a aquiescência do poder político— deveria ser imposta por umha pressom' oficial que levasse consigo a inspecção policíaca, a sanção administrativa ou judicial ou a repressom social do disidente. A competência lingüística teria de afirmar-se na livre contrastação de doutrinas e práticas, devendo as autoridades governativas abster-se de assumir umha faculdade de decisom que corresponde à sociedade, e cuja usurpação polo aparato político constitui um caso claro de abuso de poder.